

Orçamento reduz pela metade investimentos

Dos NCz\$ 22 bilhões pedidos, só NCz\$ 8,5 bilhões foram autorizados

BRASÍLIA — Os investimentos com recursos próprios do Tesouro sofreram o maior corte na proposta de orçamento para 90. Eles caem 50% em relação a 88, um reflexo da situação fiscal difícil do País, segundo o secretário Pedro Parante. Perdem mais as atividades que dependem mais desses recursos, como investimentos em transportes, por exemplo, incluída a construção de estradas de rodagem.

Segundo o pessoal da Secretaria de Orçamento e Finanças, o governo recebeu pedidos de investimentos de NCz\$ 22 bilhões, mas só pôde distribuir NCz\$ 8,5 bilhões, dos quais NCz\$ 4 bilhões estão condicionados à aprovação, pelo Congresso, dos projetos de lei que criariam as fontes de recursos para sua arrecadação. Essa é uma das novidades do ritual orçamentário da Constituição de 88.

No novo processo, o governo manda ao Congresso no ano anterior as mudanças exigidas na legislação tributária, para fechar o orçamento. Dessa forma, o "pacote tributário" enviado ao Congresso há dez dias já tem suas receitas previstas incluídas no projeto do orçamento de 90, mas de forma condicional: se ele não for aprovado, ou for só em parte, o orçamento também terá despesas cortadas proporcionalmente. Ao todo — entre investimento, custeio e outros gastos — NCz\$ 5,9 bilhões em despesas estão condicionadas à decisão do Congresso.

As Forças Armadas recebem a maior parcela de recursos do Tesouro para investimentos, com cerca de NCz\$ 2 bilhões. Segundo o pessoal da SOF, sempre tem sido assim. Outros órgãos e ministérios recebem quantias menores do Tesouro, mas têm acesso a outras fontes — empréstimos, recursos vinculados e recursos próprios. O Ministério dos Transportes vai receber NCz\$ 1,4 bilhão do Tesouro, e segundo o próprio texto da proposta, obras como a Ferrovia

Norte-Sul terão de ser desaceleradas.

O projeto do orçamento para 90 tem também uma novidade na atualização inflacionária de seus valores. Para evitar que simples correções nominais exijam novos projetos a ser apreciados pelo Congresso, a proposta inclui um novo indexador — a Unidade de Referência Orçamentária, que deverá variar de acordo com o IPC ou a evolução da arrecadação tributária — o que crescer menos.

Remuneração média* de algumas categorias funcionais - mai/89 (em BTN)

Categorias funcionais	Aut.Esp.	Fundações	IFES	Adm.Direta	Executivo	Legislativo	Judic.	Razão(**)
Nível superior								
Médico/Odontólogo	2.154	949	1.331	967	1.234	3.488	2.21	3,61
Analista de Sistema	2.009	1.953	1.588	1.089	1.895	5.270	1.95	4,84
Administrador	1.619	1.788	1.472	1.028	1.316	4.205	3,59	4,09
Economista/Contador	2.255	1.642	1.268	1.073	1.743	3.949	2,46	3,68
Bibliotecário	1.241	1.174	1.510	959	1.274	2.622	1,76	2,73
Nível Médio								
Datilógrafo	1.090	476	634	322	743	1.403	1,19	4,26
Auxiliar de Enferm.	645	442	594	404	556	1.437	67	3,56
Programador	1.053	747	915	412	772	3.013	96	7,31
Agente Administrativo	516	722	774	376	543	1.255	1,09	3,34
Nível de Apoio								
Agente de Portaria	643	341	431	265	363	1.341	80	5,06
Motorista	417	495	806	300	421	1.456	1,00	4,85
Aux.Oper.Serv.Diversos	—	349	560	266	398	1.072	55	4,03

(*) Selecionados ao acaso alguns órgãos para o cálculo da remuneração média, das categorias funcionais similares dos diversos órgãos

(**) Relação entre a maior e a menor remuneração.